Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região São Paulo quinta, sexta e segunda-feira 12, 13 e 16 de janeiro de 2017 número 6.046



ELEIÇÃO PARA CA É ESSENCIAL NA DEFESA DA CAIXA

Todas as decisões sobre o banco passam pelo Conselho de Administração da Caixa. Entre outras funções, o representante eleito tem o papel de aprovar a gestão e o pla-

no estratégico do banco e fiscalizar a execução da política geral de negócios e serviços.

Assim, além de participar das mobilizações promovidas pelo Sindicato, votar em candidatos comprometidos com os traba-Ihadores e a defesa da Caixa 100% pública é mais uma forma se contrapor ao desmonte do banco. E esse é um dos compromissos da Chapa 1, que tem apoio do Sindicato e da Apcef-SP.

O segundo turno da eleição do CA será realizado entre 16 e 20 de janeiro, mais uma vez por meio do sistema eletrônico SISRH 4.1 no Rede Caixa.

Em São Paulo, a Chapa 1 obteve no primeiro turno mais que o dobro de votos da chapa 25 (2.474 contra 1.180). Ambas disputarão o segundo turno.

"As chapas defendem propostas muito diferentes e esse resultado expressivo em São Paulo mostra que os empregados se reconhecem na luta em defesa do banco 100% público e em defesa dos direitos dos trabalhadores, bandeiras da Chapa 1", afirma Dionísio Reis, dirigente do Sindicato e empregado da Caixa.

PLATAFORMA - A Chapa 1 é integrada por Maria Rita Serrano (titular) e Orency Francisco (suplente), bancários comprometidos com os empregados e a manutenção da Caixa 100% pública; transparência e fiscalização pela sustentabilidade da instituição; governança que respeite a diversidade e aprimore a comunicação com os trabalhadores.

Atual suplente do representante dos trabalhadores no CA, Rita ingressou na Caixa em 1989, ocupando vários cargos de gestão. Presidiu o Sindicato dos Bancários do ABC. Mestra em Administração e graduada em História, atualmente faz especialização em Governança. É a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Orency Francisco está na Caixa há 32 anos, ocupando cargos em gerências. Foi diretor do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso, presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte e da CUT-MT. É formado em Direito, pós-graduado em Gestão de Pessoas e tem especialização em Direito da Medicina.

AO LEITOR

Caixa 100% pública

A Caixa completa 156 anos nesta quinta-feira 12. Banco público que tem papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com o balanço da Caixa de 2015, a instituição foi responsável por realizar 150,1 milhões de pagamentos de benefícios (entre eles o seguro-desemprego, abono salarial e PIS), que totalizaram R\$ 208,8 bilhões. As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R\$ 91,1 bilhões, dos quais R\$ 55,5 bi-Ihões com recursos do Fundo de Garantia

Em termos de participação no mercado, a Caixa tinha, em setembro de 2015, 67,4% do saldo dos financiamentos dos imóveis no país (que incluem, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida) e 36,4% do saldo da poupança. A instituição foi a responsável por 34% do crescimento do mercado de crédito naquele ano, o que contribui para a geração de emprego em várias áreas, em especial a da construção civil, com o crédito habitacional.

Esses indicadores só são possíveis porque a Caixa seque lógica de agente de políticas públicas e não a lógica do mercado, que busca o maior retorno no menor prazo de tempo possível. Por isso tem de permanecer 100% pública.

> Juvandia Moreira Presidenta do Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP Presidenta: Juvandia Moreira

Diretora de Imprensa: Marta Soares e-mail: folhahancaria@snhancarios.com.h

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Danilo Motta, Felipe Rousselet, Rodolfo Wrolli e William De Lucca

Edicão: Iair Rosa (Mtb 20.271) Edicão Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro e Linton Publio

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: Paulista: R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7875/3285-0027 (Metrō Brigadeiro). Norte: R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrō Santana). Sul: Av. Santo Amaro, 29/9-7720 (Metro Santana). Sul: Av. Santo Amaro 5-914, tel. 5-102-2795. Leste: R. Icem., 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrō Tatuapė). Oeste: R. Benjamin Egas, 29.7 Pinheiros, tel. 3836-7872. Centro: R. São Bento, 365, 198 andar, tel. 3104-5930. Osassa e região: R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

spbancarios



BANCO DO BRASIL

Reestruturação volta ao debate

Funcionários reivindicaram realocação sem perda salarial e cobraram posição do banco quanto à CCV

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil cobrou da instituição garantias aos trabalhadores de agências que serão fechadas e aos que terão cargos cortados por conta da reestruturação na instituição. A reivindicação foi feita em negociação na terça 10.

Os dirigentes apontaram di-



versos problemas na reestruturação, entre elas: a dificuldade de realocação dos gerentes de relacionamento para a lateralidade e casos onde a única opção de realocação acarreta em perda salarial.

Também cobraram respos-

tas sobre a VCP Permanente (Verba de Caráter Pessoal), uma saída para proteger funcionários que perderão cargos. O BB informou não ter ainda posição sobre este ponto, assim como no caso da VCP dos caixas que perderão comissão.

Segundo o banco, foram realizadas 4.563 nomeações desde a abertura do TAO Especial e dos grupos de funções GF7 e GF8 para ascensão. O BB informou que nesta quinta 12 será aberto TAO (Sistema de Recrutamento) para ascensão profissional dos demais grupos.

Outra questão levantada foi a CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) de 7ª e 8ª horas. "Esperamos uma reposta rápida para que possamos discutir a renovação do acordo", destaca o diretor do Sindicato João Fukunaga. **

+ ÍNTEGRA NO WWW.SPBANCARIOS.COM.BR

SEU DIREITO

Requalificação é conquista

Bancário demitido sem justa causa pode solicitar verba para cursos; conheça as regras

solicitar a verba é de

90 dias, contados

a partir da data

da sua demissão.

Todo bancário demitido sem justa causa tem direito a uma verba de de até R\$ 1.457,68 para realizar cursos de qualificação e requalificação profissional ministrados por empresa, entidade de ensino ou sindical. Essa conquista

está prevista na Conven- O prazo para o bancário ção Coletiva de Trabalho (CCT) categoria.

prazo para o bancário solicitar a verba é de 90 dias, contados a partir da data da sua demissão. O banco efetuará o pagamento diretamente à empresa ou entidade que oferece o curso após receber do ex-funcionário as seguintes informações: identificação da entidade promotora do curso, natureza, duração, valor e forma de pagamento do curso. O banco também pode optar por fazer o reembolso ao trabalhador.

O Sindicato, através do seu Centro de Formação

Profissional, oferece cursos de enorme relevância para a carreira bancária,

como CPA-10 e CPA-20, que podem ser pagos com a verba de requalificação profissional. Avise aquele colega que saiu do banco e não o deixe perder esta ótima oportunidade de se preparar para voltar ao mercado. 🕏

VESTIBULAR

Nova oportunidade para fazer graduação

Quem quiser fazer graduação no curso de Administração da Faculdade 28 de Agosto terá mais uma chance. Na quarta-feira 18 será realizado mais um processo seletivo continuado.

Os candidatos podem se inscrever pelo site www.faculda de28deagosto.com.br até o dia da prova, pagando uma taxa de R\$ 50.

Use o Enem – E até 20 de janeiro, quem já tiver a pontuação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) poderá usá-la para garantir uma vaga. Nesta modalidade, o interessado não paga taxa nem precisa fazer inscrição. Basta ir direto à secretaria da instituição de ensiso fazer a matrícula.

Bancários sindicalizados e seus dependentes contam com desconto de 60% nas mensalidades: de R\$ 1.100 para R\$ 440.

A Faculdade 28 de Agosto fica na sede do Sindicato, na Rua São Bento, 413, Centro de São Paulo. Mais informações pelo 3372-1240. **



Proposta de Temer prejudica PCDs

Se não houver reação, trabalhadores terão de contribuir pelo menos por cinco anos a mais para se aposentar por idade

Os trabalhadores com deficiência também têm de ficar atentos e mobilizados para impedir que o Congresso Nacional aprove a proposta do governo Michel Temer para reformar a Previdência Social.

Isso porque, além de a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 impor idade mínima de 65 anos tanto para homens como para mulheres e aumentar para 49 anos o tempo de contribuição para obter o benefício integral, a medida impõe retrocessos exclusivos às

pessoas nessas condições.

Atualmente esse segmento, como os demais trabalhadores, tem duas possibilidades para se aposentar: por idade ou por tempo de contribuição. O problema maior está no primeiro caso.

Por idade - Para obter o benefício por idade, a mulher com deficiência precisa ter 55 anos e o homem 60, mas para isso ambos têm de ter 15 anos de contribuição à Previdência. A proposta de Temer aumenta



essa exigência para no mínimo 20 anos de contribuição, e não deixa claro qual a idade mínima que será exigida.

"Temos de nos mobilizar para evitar esse e outros retrocessos. As dificuldades de o PCD conseguir emprego e se manter no mercado é bem maior em relação aos demais trabalhadores", alerta Isaias Dias, diretor da Afubesp (associação dos funcionários do Santander) e integrante do Coletivo de

Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT-SP.

Mais riscos - O dirigente sindical adverte que a outra possiblidade de aposentadoria para PCD, que garante tempo de contribuição menor à Previdência e benefício integral, independentemente do tipo de deficiência (grave, moderada ou leve), também não está garantida.

"Essa regra própria está prevista na Lei Complementar 142/2013. Mas não está explícito que será respeitada no texto da reforma de Temer.", reforça Isaias. 🕏

+ ÍNTEGRA NO WWW.SPBANCARIOS.COM.BR

ITAÚ

Folga assiduidade desvirtuada

Empregados denunciam que foram obrigados a "queimar" abono no dia 30 de dezembro; prática desrespeita convenção coletiva

O Sindicato continua recebendo denúncias de funcionários do Itaú que foram

usar a folga assiduidade no dia 30 de dezembro, quando não houve expediente bancário nas agências.

"O trabalhador não pode ser penalizado por uma postura irresponsável por parte de alguns gestores que descumprem o que está garantido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários", afirma Sérgio Francisco, dirigente sindical.

As denúncias começaram no final do ano passado. À época, o Sin-

dicato questionou o banco, que respondeu não haver qualquer determinação nesse sentido.

Mas muitos bancários acionaram o Sindicato afirmando o contrário: "Colocaram [no ponto] falta, colocaram dia compensado, e se o funcionário não tem hora extra, fica devendo e é descontado do salário", relata uma funcionária de agência.

Diante dessas novas queixas, o Sindicato voltou a cobrar o Itaú. O banco respondeu que os funcionários que folgaram e tinham horas credoras terão essas horas compensadas. E quem não tinha horas poderia ou trabalhar, ou utilizar a folga assiduidade ou, no limite, ficar com a informação de falta.

Dessa forma, quem se sentiu prejudicado deve denunciar ao Sindicato pelo 3188-5200 ou por meio do Fale Conosco (www.spbancarios. com.br), assinale o setor "Site". O sigilo é garantido. 🕏

SANTANDER

Banesprev realiza assembleias no sábado 28

O Banesprev realizará duas assembleias extraordinárias no sábado 28 de janeiro, no Salão Social do E.C. Banespa (Avenida Santo Amaro, 5.355). A primeira, a partir das 8h30, será sobre equacionamento do déficit do Plano II (Santander, Isban e Produban), segundo a Resolução nº 14 de 24/2/2014.

A outra, a partir das 10h, é a Reforma Estatutária do fundo de pensão, que foi discutida no Conselho Deliberativo em 26 de dezembro, com rejeição total dos eleitos, por apresentar (caso seja referendada pela Previc) retirada de vários benefícios.

O presidente da Afubesp, Camilo Fernandes, ressalta ser fundamental que os participantes do Plano II compareçam

na primeira e todos os participantes do fundo estejam presentes na segunda assembleia. Caso não possam estar presentes, os colegas devem enviar procurações para a Afubesp até dia 20.

Negociação - Após cobrança do Sindicato, o Santander marcou negociação para esta quinta 12 para tratar de questões relativas à comissão de vendas, código de ética entre outras. **



















MÚSICA NO CAFÉ

A programação do Grêmio Recrativo Café dos Bancários volta com força total! Em todas as sextas-feiras de janeiro a sambista Jurema Pessanha subirá ao palco trazendo o ritmo contagiante para abrir o seu fim de semana. As apresentações começam às 20h. Lembrando que bancários sindicalizados têm desconto na hora de pagar a conta.

FORMAÇÃO



Neste sábado têm início quatro novos cursos na sede do Sindicato. As aulas de CPA-20 ocorrem das 8h às 17h e custam R\$ 660 para bancários sindicalizados. As turmas de espanhol e inglês, ambas para iniciantes, começam às 10h e vão até 12h - o investimento para associados é de R\$ 500. Crédito e Cobrança, das 8h às 13h, custa R\$ 185 para sindicalizados. As inscrições podem ser feitas na Central de Atendimento pelo 3188-5200. O Sindicato fica na Rua São Bento, 413, Centro.

DIVERSÃO

O Parque da Mônica (Av. das Nações Unidas, 22.540) está com nova promoção! O seu ingresso comprado na sede do Sindicato (Rua São Bento, 413) pode ser dividido em cinco parcelas sem juros nos cartões Visa ou Master. O valor unitário é R\$ 67 e o preço família (quatro pessoas) é de R\$ 250. A promoção vai até o fim de janeiro. Outras informações pelo 3188-5200.



CINEMA

Bancários sindicalizados pagam o preço único de R\$ 13,40 para assistir a filmes na

rede Cinemark – independentemente do horário ou dia da semana. Cada associado pode comprar até seis ingressos por vez. Basta adquirir o vale na Central de Atendimentos do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro) e trocar na bilheteria da sala escolhida - exceto Cinemark Shopping Iguatemi, Cinemark Bradesco Prime e as salas 3D e XD.

AUXÍLIO-DOENCA

Novas perícias do INSS visam cortar benefícios

Instituto convocará 530 mil segurados a partir do dia 16; trabalhadores devem se antecipar e reunir maior número de exames e documentos que comprovem sua condição

O governo Temer editou nova Medida Provisória que determina a revisão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. O texto da MP 767/2017, publicado no Diário Oficial da União de 6 de janeiro, é praticamente idêntico ao da MP 739/2016, que perdeu a validade após não ser votada dentro do prazo de 60 dias.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, as novas perícias começam em 16 de janeiro e a expectativa é de que, no total, 530 mil beneficiários de auxílio--doença, que estão há mais de dois anos sem perícia, sejam convocados por meio de carta com aviso de recebimento. Ao receber o comunicado, o segurado tem cinco dias úteis para agendar a perícia pelo número 135. Caso não atenda à convocação ou não compareça na data agendada, terá o benefício suspenso.

"Após não ter sucesso em votar a MP 739 e a mesma perder a validade, o governo Temer editou esse clone. É escancarada a sua determinação para penalizar justamente os mais vulneráveis. Os trabalhadores devem se precaver e reunir o maior número de exames e documentos que comprovem sua incapacidade para o trabalho", critica o secretário de Saúde do



Sindicato, Dionísio Reis, acrescentando que serão estudadas medidas jurídicas contra esse ataque aos direitos dos trabalhadores.

Outras medidas - A MP prevê ainda que a concessão de auxílios-doença deve ter prazo estimado para a duração do benefício. Caso isso não ocorra, fica estipulado o período de 120 dias de validade, que pode ser prorrogado mediante solicitação do segurado ao INSS. Antes de retornar ao trabalho, o beneficiário deve passar por um processo de reabilitação profissional, período em que o benefício será mantido.

O texto da MP 767/2017 estipula também um período de carência a ser cumprido caso o segurado se desvincule da Previdência Social e depois retorne. Este tempo é de 12 meses no caso de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez e de 10 meses para salário-maternidade.

"Antes de perder a validade em 2016, a MP 739 realizou cerca de 23 mil revisões de auxílios-doença. Destas, 80% resultaram na perda do benefício pelo segurado. Esse índice é a prova da real intenção do governo Temer: penalizar o trabalhador mais vulnerável. O objetivo é cortar o maior número possível de benefícios", critica Dionísio. "No caso dos bancários existe outro fator de preocupação sobre a perícia de reavaliação: transtornos psíquicos, maior causa de afastamentos na categoria, são mais difíceis de serem comprovados do que mutilações visíveis." *

★ ÍNTEGRA NO WWW.SPBANCARIOS.COM.BR

